COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.280, DE 2008

Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico, fixa condições para sua atuação como correspondente bancário, e dá outras providências.

Autor: Deputado BETO MANSUR

Relator: Deputado LUIZ PITIMAN

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Beto Mansur, estabelece critérios para a contratação e remuneração de permissionários lotéricos nesse regime e fixa outras providências, relativamente às atividades econômicas complementares que vierem a ser por eles exercida.

No que diz respeito à prestação de serviços lotéricos, a proposição em epígrafe estabelece que os editais de licitação e os contratos firmados entre a outorgante e o permissionário lotérico obedecerão às seguintes diretrizes operacionais e critérios de remuneração:

I – não será exigida exclusividade do permissionário, inclusive em relação à bandeira de instituição financeira ou de cartão de crédito, marcas, produtos ou serviços, da outorgante ou de qualquer outra pessoa natural ou jurídica;

II – o permissionário poderá firmar contratos e convênios e comercializar produtos e serviços que não sejam concorrentes dos serviços

lotéricos da outorgante, sem qualquer tipo de imposição ou restrição, inclusive de venda casada;

III – quando o produto comercializado utilizar suporte de processamento da outorgante, será deduzido da tarifa de remuneração acordada custo operacional no valor máximo de R\$0,80 por operação, sendo o restante dividido na proporção de 20% para a outorgante e 80% para o permissionário;

IV – quando o produto comercializado não utilizar suporte de processamento de dados da outorgante, a tarifa paga pelo conveniado será dividida na proporção de 25% para a outorgante e 75% para o permissionário, sendo obrigatoriamente encaminhar a este uma via autenticada do ajuste vigente firmada pela outorgante com o conveniado cujo serviço é objeto da comercialização referida;

V – a comissão do permissionário em concursos de prognósticos será de, no mínimo, 11% do valor bruto cobrado em cada aposta;

VI – os contratos de permissão serão firmados pelo prazo de 10 anos, com renovação automática por idêntico período, ressalvada a rescisão amigável, a rescisão ou declaração de caducidade fundada em comprovado descumprimento das cláusulas contratuais, ou a extinção, nas situações previstas em lei.

Em relação ao exercício de atividades como correspondente bancário da outorgante, a proposta estabelece fórmula para apuração da remuneração do permissionário lotérico, em cobranças em geral, que corresponderá a setenta por cento da tarifa recebida do convênio ou contrato firmado pela outorgante com terceiro, após dedução dos custos operacionais. Tal fórmula será aplicada sem prejuízo da opção por condições mais favoráveis, previstas em lei ou em acordos firmados pela outorgante diretamente com o permissionário ou por meio de entidade representativa deste.

Ao dispor sobre outras garantias para o exercício das atividades dos permissionários lotéricos, o projeto em exame prevê que a CEF Econômica Federal, como outorgante da permissão de serviços lotéricos, e as instituições financeiras, na qualidade de contratantes de serviços de correspondente bancário, respectivamente:

I – serão responsáveis por todas as operações e encargos relativos ao recolhimento, acondicionamento, transporte e segurança da movimentação de valores e documentos, a partir da entrega pelo permissionário ou correspondente, nos estabelecimentos destes, assim como, similarmente, quando da entrega de valores e documentos às instituições;

II – organizarão e oferecerão aos permissionários lotéricos condições especiais de seguro de vida em grupo combinado com seguro contra roubo, furto, incêndio, danos materiais e morais a terceiros, entre outros, de modo que os prêmios pagos sejam fixados em condições mais favoráveis que os das demais alternativas existentes no mercado, vedada a perda de bônus ou rebaixamento de qualidade do segurado em virtude da utilização dos direitos previstos na apólice em caso de ocorrência dos sinistros segurados;

III – providenciarão e serão responsáveis por todos os custos de treinamento e supervisão das atividades dos permissionários de serviços lotéricos e correspondentes bancários, inclusive por intermédio de convênio ou contrato firmado com as entidades representativas destes;

IV – adotarão as medidas necessárias à adaptação dos atuais contratos mantidos junto aos permissionários e correspondentes, dispensada nova licitação, e dos processos licitatórios ou de contratação em andamento, prevalecendo as normas da nova lei sobre as regras editalícias e demais normas legais ou administrativas que regem os referidos instrumentos.

Em sua justificação, o ilustre autor argumenta que o projeto procura acrescentar diretrizes e critérios objetivando assegurar a liberdade de iniciativa e de exercício profissional, condições operacionais satisfatórias e remuneração condigna e atrativa aos permissionários de serviços lotéricos da Caixa Econômica Federal (CEF), inclusive na qualidade de correspondentes bancários desta e de outras instituições financeiras, funcionando como fator de incentivo à atividade empresarial por eles desenvolvida.

A matéria é de competência ordinária (RIDC, art. 151, III) e está sujeita à tramitação conclusiva pelas Comissões (RICD, art. 24, II). Foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ao analisar o mérito, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 4.280, de 2008, com substitutivo, apresentado pela relatora, Deputada Vanessa Grazziotin.

Em síntese, o referido substitutivo: a) condiciona o exercício de outras atividades à autorização prévia da CEF; b) mantém, a critério da CEF, a definição do valor das comissões devidas; c) determina a correção anual dos preços das apostas por índice a ser definido pelo Ministério da Fazenda; d) estabelece, para evitar a concorrência predatória, premissas territoriais para a mudança de endereço e concessão de novas permissões; e) reproduz prazos de vigência das permissões concebidos no PL; f) fixa à CEF obrigações bastante próximas às do projeto de lei quanto à segurança, treinamento e adaptação dos contratos; g) retira do projeto de lei as menções aos critérios de remuneração pela prestação de serviços bancários.

A Comissão de Finanças e Tributação concluiu pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.280, de 2008, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com seis subemendas.

Decorrido o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a, c/c art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.280, de 2008, do substitutivo apresentado e aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e das subemendas da Comissão de Finanças e Tributação.

A matéria é de competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, XXVII), cabendo ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, sobre ela dispor (CF, art. 48). A iniciativa legislativa, neste caso, ampla e não reservada, é legítima (CF, art. 61).

Atendidos os requisitos constitucionais formais, observa-se, igualmente, que as proposições obedecem aos demais dispositivos constitucionais materiais, assim como se encontram em harmonia com os princípios de direito, respeitando, assim, os critérios de juridicidade.

Ressalva se faz aos dispositivos do Projeto de Lei nº 4.280, de 2008 que concedem um regramento próprio para a atuação dos permissionários da CEF como correspondentes bancários, que invadem a competência normativa do Conselho Monetário nacional (CMN), escorada em norma de caráter complementar.

Como muito bem apontou o relator da Comissão de Finanças e Tributação,

“Consoante à lei de regência do sistema financeiro, Lei nº 4.595, de 1964, recepcionada, nesse particular, com status de lei complementar pelo art. 192 da Constituição Federal, compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) regular a constituição e o funcionamento das instituições financeiras (art. 4º, VIII) e disciplinar a remuneração das operações e serviços bancários ou financeiros (art. 4º, IX). No exercício dessa competência, o CMN editou a Resolução nº 3.954, de 2011, e a Resolução nº 3.518, de 2007.

A Resolução nº 3.954 regulamenta a atuação dos correspondentes bancários e, entre outras disposições, determina que a cobrança de tarifa, comissão ou qualquer outra forma de remuneração deve obedecer aos critérios da Resolução nº 3.518, que disciplina as tarifas bancárias.”

No entanto, como o substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público retira as disposições relacionadas aos serviços financeiros, à questão da injuridicidade fica, então, saneada e resolvida.

No que se refere à técnica legislativa, nada há a apontar. Todas as proposições foram redigidas em conformidade com os ditames da Lei

Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre as normas de elaboração e consolidação das leis.

Nesse sentido, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.280, de 2008, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e das subemendas da Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado LUIZ PITIMAN

Relator